

A abolição no Brasil além do Parlamento – As festas de maio de 1888

RENATA FIGUEIREDO MORAES*

À V. A. Imperial manda-me o povo agradecido impetrar a graça de aceitar esta pena, como glorioso instrumento histórico, e troféu inteiramente popular, a qual deve assinar a lei nº 3353 de 13 de maio de 1888, que elimina o nome escravo da nação brasileira!(O PAÍS, 14 de maio de 1888)

O troféu entregue à Princesa Isabel por Luiz Drago foi a pena de ouro comprada por meio de uma subscrição popular iniciada pelo próprio e que teve o apoio de alguns jornais da Corte, como *O País* e o *Cidade do Rio*. Através de uma contribuição individual de 500 réis, qualquer pessoa pôde participar do ritual da assinatura, de certo modo. As contribuições chegaram à sede do jornal *O País* através de inúmeras listas que foram organizadas em fábricas, comércio, bairros, enfim, em diferentes locais e que permitiram um número variado de setores da sociedade contribuir para a compra do instrumento utilizado pela Princesa. Essas listas além de conterem as assinaturas tinham também alguns pensamentos e interpretações sobre a Abolição para esses grupos. Um exemplo foi o bilhete enviado juntamente com o dinheiro por 3 abolicionistas de Porto Novo do Cunha. Segundo eles, nessa região, era crime ser abolicionista e quem se manifestasse a favor, isso nas vésperas da assinatura da lei, era ameaçado pelo delegado de polícia. A quantia foi enviada por eles mas sem a revelação dos seus nomes.¹

O caso da compra da pena de ouro por meio de uma arrecadação popular, assim como a informação de que a simpatia pela causa abolicionista era reprimida no interior da província com cadeia, demonstra o quanto que o movimento abolicionista e as vésperas da abolição ainda guardam muitos objetos para a historiografia. A assinatura da lei no parlamento foi apenas uma etapa de um processo que não envolveu apenas os altos dirigentes do país, mas sim, foi cercado por um apoio popular fundamental para a apresentação do projeto à Câmara e sua rápida aprovação. Além disso, a manifestação

* Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente cursa o doutorado em História pela PUC-Rio com financiamento do CNPq.

¹ O dinheiro foi enviado à sede do jornal *O País* onde era contabilizado e publicado nas edições seguintes juntamente com os nomes de todos que contribuíram. *Subscrição popular feita por iniciativa de Luiz Drago*, BN, Seção de Manuscrito, II - 32, 10, 01. Todas as referências seguintes a subscrição fora retiradas desse material

popular de apoio a causa abolicionista por meio das festas realizadas na Corte dão conta de um apoio e uma aprovação que ia além da legitimação necessária da assinatura da Princesa. Ou seja, a abolição estava feita não apenas porque houve uma lei mas porque houve um apoio a sua assinatura.

O apoio a causa abolicionista teve como um dos caminhos principais os jornais da Corte. Se na década de 80 uma parte da imprensa foi condescendente com a escravidão, através da publicação de anúncios de escravos fugidos e recompensas para as suas capturas, ao final da década e da escravidão, os jornais, em sua maioria, se tornaram os grandes apoiadores da causa e da sua solução por meio do parlamento. Desde a apresentação da lei em 8 de maio até a sua assinatura na tarde do dia 13, os redatores dos jornais da Corte divulgaram forte entusiasmo pela abolição ao mesmo tempo que trataram de interpretar suas causas e efeitos para seus leitores. Além disso, entre uma discussão e outra da lei no parlamento, eles convocaram a população para fazer uma espécie de vigília nos arredores da Câmara e do Senado a fim de demonstrar para deputados e senadores que a abolição era uma aspiração nacional.

Por outro lado, não podemos negar que essa aspiração nacional não atingiu a todos e ainda havia nas vésperas da abolição forças contrárias ao fim do elemento servil. Um exemplo é o caso desses abolicionistas que não puderam assinar a subscrição por medo de uma represália do chefe de polícia. O fim da escravidão não foi simples como se queira achar quem observa a Corte no domingo, 13 de maio. As inúmeras festas que aconteceram nas proximidades do Paço, local de assinatura da lei, não foram suficientes para esconder o descontentamento de muitos donos de escravos, tanto no campo como na cidade, com o fim imediato e sem indenização da escravidão.

No entanto, apesar da existência de vozes contrárias à abolição, a imprensa da Corte foi eficiente, podemos chamar assim, ao esconder essas vozes e criar um ar de unanimidade e tranquilidade para quem lia seus jornais e ao mesmo tempo festejava a abolição. Além disso, foi por meio de uma comissão formada nas vésperas da abolição que os jornais da Corte se reuniram a fim de promoverem festejos para comemorar a abolição. Tomar conta da programação das festas representou para esses jornais a mediação também sobre o que seria a abolição e seu significado para a sua sociedade. Promover festas e interpretá-las era a função dessa imprensa que fez isso por meio de escolhas sociais e políticas.

A IMPRENSA COMEMORA A ABOLIÇÃO

Os jornais *Cidade do Rio*, *o Jornal do Comércio*, *a Gazeta de Notícias*, *a Revista Ilustrada*, *a Época*, *a Gazeta da Tarde*, *o Novidades*, *O Apóstolo* e o *Diário de notícias*² (GAZETA E DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12 de maio de 1888) se constituíram em comissão e na noite do dia 13 de maio, enquanto a cidade em festa comemorava a esmo o fim da escravidão, os representantes desses jornais se reuniam a fim de organizar de vez os festejos que ocorreriam nos dias seguintes pela Corte.

No dia 15 de maio o *Gazeta de Notícias* e o *Diário de Notícias* publicaram na primeira página a programação dos festejos com eventos programados para 4 dias. Eles começariam no dia 17 de maio, uma quinta-feira, com uma missa campal na parte da manhã. À noite, alguns coretos iluminados iriam promover bailes populares, enquanto espetáculos de fogos de artifício, recheados de imagens da Princesa, do Imperador, do Visconde do Rio Branco e de lideranças abolicionistas como José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, seriam realizados em alguns pontos da cidade³. Na sexta, dia 18, os eventos seriam promovidos em locais fechados, com entrada gratuita. No Derby Club haveria corridas de cavalos e nos teatros Lucinda, Recreio Dramático e Sant'ana espetáculos teatrais gratuitos. No sábado, dia 19, estava marcado o préstito dos colégios da Corte que percorreria as ruas da cidade. Na noite do mesmo dia estava marcado um grande baile popular no Largo do Paço. No domingo, dia 20, último dia dos eventos, o cortejo da imprensa, com participação de outras sociedades, era a atração principal e o dia seria fechado com fogos de artifício lançados de diversos pontos da cidade. Durante todos os dias poesias seriam distribuídas das redações dos jornais na Rua do Ouvidor, e durante a noite haveria mais fogos de artifício. Na divulgação da sua programação, os organizadores pediram a colaboração dos moradores das ruas por onde haveria eventos, para que enfeitassem suas fachadas, e também a colaboração de construtores para a

² No dia da reunião, Patrocínio informou que *O País* também aderira a comissão (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 de maio de 1888). Ao longo dos dias outros jornais apoiaram a iniciativa da formação da comissão para a preparação dos festejos

³ No espetáculo dos fogos de artifício apareceriam os retratos da Princesa, do Imperador, do Visconde do Rio Branco, Patrocínio e Nabuco. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16 de maio de 1888). Os fogos seriam lançados em São Cristóvão, no Largo do Paço, no Boulevard de Vila Isabel e nas margens do Canal do Mangue

armação de coretos e de artistas pirotécnicos para comandar os lançamentos de fogos de artifício (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 15 de maio de 1888).

Grande parte desses eventos foi registrada pelos fotógrafos Augusto Elias, Antonio Luís Ferreira, A. Breton e Marc Ferrez (LAGO, 2008). Essas imagens nos fornecem elementos da adesão dos moradores da Corte aos festejos programados pela imprensa.

Os festejos da imprensa se encerrariam na segunda, dia 21, com a venda de um único jornal, o *Imprensa Fluminense*, com artigos de todos os que compunham a comissão da imprensa. Isso permitiria que as oficinas dos jornais ficassem fechadas durante o domingo para que todos pudessem participar do grande préstito.

Entre o fim da escravidão e o início dos festejos, a imprensa tratou de interpretar a abolição para seus leitores por meio de critérios próprios. No dia 14 sintetizaram a euforia da imprensa e do público que presenciou as discussões e que foi às ruas acompanhar os cortejos realizados entre o Senado e o Paço (local da assinatura) e entre o Paço e a Rua do Ouvidor (sede da maioria das redações dos jornais).

Os jornais que se formaram em uma comissão para promover os festejos pela assinatura da lei foram independentes na divulgação da lei e dos seus significados. A diversidade da imprensa fluminense, que pretendia se tornar única por uns dias, aparece logo na leitura das primeiras páginas dos dias seguintes ao 13 de maio, quando os redatores publicaram homenagens à lei e ao seu significado.

No *Diário de Notícias*, a primeira página foi ocupada por pequenos textos de diferentes autores que tinham a finalidade de interpretar a lei. Pedro Rabelo propôs substituir o 7 de setembro pelo 13 de maio, essa sim a data da independência de todos os brasileiros. Para Fernando Mendes de Almeida, a data do 13 de maio se somaria a duas outras: 7 de setembro e 28 de setembro, como datas de glória nacional. E Ribeiro de Freitas afirmou que a liberdade era uma aspiração nacional e agora cada um teria responsabilidade para o engrandecimento da Nação (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14 de maio de 1888). Já a *Gazeta de Notícias* dividiu sua primeira página ao meio. Na primeira metade destacou a lei, em letras grandes, e na segunda metade dedicou a José do Patrocínio – mostrando ver na celebração o resultado da ação heróica de lideranças como ele (GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 de maio de 1888).

O *Gazeta da Tarde* dedicou toda a sua primeira página a reprodução do texto da lei. Na página seguinte se preocupou em divulgar as notícias da comissão da imprensa fluminense e os festejos realizados entre os dias 13 e 14 de maio (GAZETA DA TARDE, 15 de maio de 1888).

A *Revista Ilustrada* dedicou duas páginas ao 13 de maio. A primeira, sempre com uma ilustração, mostra a redação da *Revista* enfeitada e sendo saudada por muitas pessoas. Entre os enfeites constam as bandeiras do Império e possivelmente da República Argentina. Pendurado na sacada da redação os nomes dos abolicionistas: José do Patrocínio, Nabuco, Senador Dantas e João Clapp. No meio, o número da lei. Na página seguinte o nascimento da nova era tinha data e hora: 13 de maio, às 3 horas da tarde. O texto, assinado por Angelo Agostini, Luiz de Andrade, Pereira Neto, Fritz Harling, João Joaquim Mendes, Julio Harling, destaca a forma como foi feita a abolição: sob um dilúvio de flores, hinos festivos, aclamações, “derramando lágrimas de júbilo sobre a raça redimida e levantando um altar ao esquecimento!”. A palavra “escravo” já não teria mais significado na língua e o país poderia encarar de frente as outras nações (REVISTA ILUSTRADA, 19 de maio de 1888).

Essa passagem da *Revista Ilustrada* mostra como a questão da abolição e sua forma era fundamental para a entrada do país num *metier* de países modernos. Agora o Brasil estaria igualado, quanto a questão do trabalho, a outras nações, principalmente as da América do Sul, como o país vizinho, a Argentina, mas também a outras da Europa e da América do Norte, os EUA, por exemplo. Esse último, diferentemente do Brasil, precisou de sangue e guerra para acabar com a escravidão. No Brasil, a assinatura da lei eliminou qualquer passado de sangue e luta pela liberdade. A lei sintetizaria o momento de paz vivido, até mesmo, durante a escravidão.

Toda essa diversidade de posições mostrava que, longe de estar resolvida, a questão do sentido a ser atribuído à Abolição estava ainda em aberto na imprensa carioca. Então, se num primeiro momento os jornais deram espaço para diferentes interpretações, num segundo momento a organização dos festejos para celebrar a abolição era o espaço da síntese desses sentidos que viriam na dinâmica desses eventos. Os sentidos eufóricos e vibrantes pela Abolição vão se refletir nas festas ocorridas na cidade a partir do dia 13 de maio. A união da imprensa se refletiu na variedade dos festejos promovidos por ela, que tinham como intenção agradar um grande público, o

mesmo que compareceu, a pedido da imprensa, ao Senado e ao Largo do Paço no dia 13. Ou seja, a comissão organizadora dos festejos ocorridos entre os dias 17 e 20 de maio pretendeu estabelecer sentidos para a Abolição e ensinar para os festeiros como ela deveria ser comemorada.

Mas entre vivas à Princesa e ao parlamento que aprovou a lei, outros jornais também estabeleceram seus sentidos para a abolição e que divergiam um pouco do tratado pelos que formavam a comissão da imprensa. Um jornal com fortes tendências republicanas, *O País*⁴, editado por Quintino Bocaiúva, aumentou a sua tiragem nos dias seguintes à abolição⁵. Talvez porque era forte o consumo de notícias acerca dos momentos finais da escravidão e suas comemorações. Para os editores desse jornal, a abolição era o resultado das ações das ruas. A energia popular e a consciência dos donos de escravos teriam contribuído para o fim da escravidão, e um sinal disso estava na própria redação dos artigos de tão celebrada lei. Ao invés de afirmar que “fica extinta” a escravidão, afirmava-se nela que esta “é declarada”. Se a diferença parece à primeira vista sutil, o articulista destaca que tal opção ligava-se à simples afirmação da legitimidade de uma situação que já acontecia (O PAÍS, 10 de maio de 1888)⁶.

Em 15 de maio o jornal dava “glória a pátria” por entender que

A libertação dos escravos faz-se no Brasil por um acentuado movimento da opinião, pela capitulação franca das últimas forças de resistência, pela desagregação dos elementos conservadores, mas em plena paz, sem perturbações da ordem (...) a vitória dos abolicionistas exprime a vontade nacional. (O PAÍS, 15 de maio de 1888)

O jornal republicano *Gazeta Nacional*, que a princípio não fez parte da organização da imprensa fluminense, mas que era o representante das ideias republicanas na Corte, reproduziu um texto da província de São Paulo acerca da abolição e seu movimento. A lei, vitória do abolicionismo, era fruto da vontade nacional mas o gabinete 10 de março merecia elogios uma vez que conseguiu apressar a

⁴ Jornal republicano fundado em 1884 e que contou com Quintino Bocaiúva na redação até o ano de 1899. A ideia dos redatores desse jornal era ser um órgão imparcial, mas ao longo dos anos sua tendência republicana foi se reafirmando, apesar de não haver uma confirmação por parte dos seus editores, conforme houve com o *Gazeta Nacional*. (PESSANHA, 2006: 13; 93)

⁵ No dia 15 de maio a tiragem do jornal foi de 30.500 exemplares, quando a média era de 25 mil exemplares

⁶ No texto “Oito de maio” do *Gazeta de notícias* de 9 de maio de 1888 há a tendência de afirmar que a Abolição era uma vitória da opinião pública apesar de citar a crítica de Andrade Figueira ao “circo de cavalinhos”, como ele chamou a sessão da câmara dos deputados do dia 8 de maio, data da apresentação do projeto.

discussão (GAZETA NACIONAL, 15 de maio de 1888). Os redatores do jornal reconheceram a manifestação de agradecimento à Princesa e ao Parlamento feita pela população da Corte mas consideraram que foi única e exclusivamente por conta da passagem da lei. E Aristides Lobo, redator do jornal⁷, enfatizou no seu texto “É isso mesmo”, do mesmo dia, que o parlamento executou uma ordem imperiosa e urgente do povo (GAZETA NACIONAL, 15 de maio de 1888). Ou seja, nesses dois textos o objetivo é dissociar qualquer idéia de benevolência e humanidade intrínseca ao Império e na atitude da Princesa ao assinar a lei. A responsabilidade da abolição era do movimento abolicionista e do próprio povo na sua pressão no parlamento. A outra reforma, a República, deveria vir simultânea a abolição (GAZETA NACIONAL, 22 de maio de 1888).

A ideia de que a abolição era apenas uma etapa das reformas que deveriam acontecer no país, mas não a única, foi compartilhada por políticos e homens letrados que viveram a década de 70 no meio do fervilhão de ideias políticas e sociais divulgadas na Europa (liberalismo) e também vividas no Brasil (república e abolição). Segundo Angela Alonso, o grupo classificado por ela de “liberais republicanos” viam na República, ao invés da Abolição, a reforma essencial para o país. Segundo esse grupo, que tinha como representante mais conhecido o republicano Quintino Bocaiúva, as reformas graduais - abolição, laicização do Estado, fim das instituições políticas vitalícias - garantiriam a expansão da educação e os direitos políticos, e uma forma também, segundo ele, de se evitar uma revolução socialista (ALONSO, 2009: 100). Logo, a expansão da educação para os ex-escravos era fundamental para se evitar maiores sublevações que pudessem comprometer as reformas que viriam depois.

Ou seja, para o *Gazeta Nacional* e para *O País* a abolição foi fruto de um processo promovido por diferentes fatores e não apenas pela benevolência do parlamento e do Império. Mais uma vez, os liberais republicanos que dominavam a redação desses jornais pretendiam retirar do Império a carga positiva do fim da escravidão e apontar, ao mesmo tempo, os responsáveis pela sua manutenção por tantos séculos: os elementos conservadores. No manifesto republicano de 1870, que teve a colaboração de Quintino Bocaiúva, um dos colaboradores do jornal, o Império era o

⁷ Aristides Lobo era um dos expoentes do movimento republicano e editou o *Gazeta Nacional* entre os anos 1887 e 1888. (PESSANHA, 2006: 13)

único responsável pela decadência da sociedade brasileira (ALONSO, 2009: 99). Logo, era contra esse grupo conservador e decadente, o Império, que a República deveria aparecer, segundo Quintino Bocaiúva. A modernização do país passaria pela mudança na política e não apenas na sociedade com o fim da escravidão (ALONSO, 2009: 100). A abolição, para *O País*, refundava a nação brasileira através da ação de todos: desde o Chefe de Estado até o escravo (PESSANHA, 2006: 120).

Assim, a abolição, entre seu resultado e causa, ficou entre dois pontos de vistas divulgados na imprensa, a mesma que organizou seus festejos. A Abolição era obra de um tempo onde não havia mais possibilidade de perpetuar o braço escravo, por isso ela acabou, dando a entender de que a escravidão foi obra de algo imaterial, ou seja, de forças estranhas ao parlamento, ao contrário do seu fim; e a abolição foi fruto de uma pressão vinda de fora do parlamento por meio de aspirações populares que queriam uma reforma não só no campo social mas no político. Para o grupo defensor dessa ideia, os republicanos, a abolição era apenas o início de reformas maiores.

Deste modo, não há como inserir o processo abolicionista e o seu resultado num meio de homogeneidade de ideias e de atores. Apesar da obra da abolição ter sido amarrada no parlamento, obviamente por se constituir como lei, ela era muito mais complexa e distinta e envolvia uma diversidade de sujeitos e de problemáticas, além daquela do parlamento. A abolição não foi uma simples lei nem na sua produção nem na sua aprovação. Por outro lado, se alguns jornais da imprensa da Corte pretendiam criar um sentido unívoco através da promoção de festa, essa intenção não era à toa. Elas estavam em consonância com a ideia da festa servir como momento de um processo pedagógico. Participar das festas pela abolição era sinal de patriotismo, amor à pátria, civismo e outros sentimentos que eram constantemente publicados nas chamadas aos leitores para participarem da festa. Promover a festa e comentá-la, como forma de fixar sua função e seu resultado, fazia parte do processo de produção de uma memória para a abolição empreendida pela imprensa da corte. A escrita é fundamental nesse processo de fixação de uma memória. Por isso, não foi por acaso que todos os jornais que fizeram parte da comissão da imprensa fluminense se uniram em um único periódico no final dos dias dos festejos. Para a produção da memória e sua fixação na escrita e no seu arcabouço material, o jornal, era necessário organizar o pensamento e sintetizá-lo. A imprensa da Corte, diversa e heterogênea, em 21 de maio se tornou única e com um

único pensamento: a Abolição redimia o passado do país escravo; o futuro era de liberdade e não precisaria rememorar os efeitos da escravidão.

NEM SÓ DE FESTAS FOI A ABOLIÇÃO

Numa direção diversa do sentido unívoco da imprensa estavam aqueles que contribuíram para a compra da pena, primeiro ponto desse texto. Aqueles que ofertaram o dinheiro para a compra da pena consideraram a abolição como momento onde se declararia a igualdade de todos os brasileiros; o decreto de liberdade; a liberdade da pátria, dentre outros. Ou seja, homens e mulheres, docentes do ginásio fluminense, empregados do asilo de meninos desvalidos, fogueiros do Encouraçado Javary, pessoal do Imperial Observatório, operários do arsenal da marinha, pessoal da oficina de Ferreiro do Arsenal de guerra da Corte, chefes e mais empregados do escritório da Societê Anônima do Gaz, da escola militar, empregados do escritório e os operários das oficinas de pedreiras, os carpinteiros da Diretoria das obras civis e militares do arsenal de marinha da Corte e os empregados da fábrica de instrumentos de música Rabeca de Ouro, os moradores dos subúrbios de Cascadura, Penha, Irajá, e mesmo de lugares mais afastados, Macuco, Barra do Piraí e Juiz de Fora, enfim todos esses estabeleceram através da sua doação sentidos próprios para a abolição e contribuíram de alguma forma para a finalização do processo. Eles acreditaram que o suporte material representado pela pena era muito mais complexo e representava muito mais a função de uma simples assinatura. A pena representava a heterogeneidade do próprio movimento abolicionista e que ia além do parlamento e das mãos da elite do Império.

Ao mesmo tempo, as festas organizadas pela imprensa também não formaram um público festeiro homogêneo. E quem trata disso é a própria imprensa mais num tom de crítica do que de comemoração a essa heterogeneidade. Um dos casos foi publicado no *Gazeta de notícias*:

Em frente ao escritório do Gazeta de Notícias (...) tocou desde o anoitecer umas músicas que pareciam mesmo feitas de requebros (...) era música para se ouvir com as pernas, em vez de se ouvir com os ouvidos.

Ora, isto deu em resultado na rua um baile público que não estava no programa dos festejos. (...)

Até aqui nenhum inconveniente; cada um tem o direito de divertir-se como quiser (...) o inconveniente foi obrigar-se algumas pessoas...a dançar! (...) Apenas um resistiu absolutamente, mas não houve conflito por isso. Entretanto, se a diversão se reproduzir, poderá haver cenas lamentáveis. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18 de maio de 1888)

O relato continua com o pedido pela “Abolição da dança obrigatória”. Para o autor, o problema seria o surgimento de algum conflito, caso alguém se recusasse a participar do que ele chamou de “obrigatoriedade” de entrar na dança (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18 de maio de 1888). Seu testemunho revela, porém, o estranhamento e insatisfação com o fato de que uma data tão celebrada como a entrada do Brasil no grupo das nações civilizadas fosse comemorada de forma tão imprópria, segundo sua visão. De fato, celebrações como aquela se ligavam à prática de batuques que ocorriam em várias regiões do país durante a escravidão. O modo de festejar consistia em grupos irem se juntando e formando uma roda com instrumentos de percussão que recebia a participação de quem quisesse entrar na roda para dançar (FARIAS, 2006: 130).

O jornalista pouco sabia sobre a lógica que movia esses festejos, mas certamente lia as denúncias de batuques e ajuntamentos feitos por “negros perigosos”, “preta baiana” que realizavam “sambas” e “culto idolatra”, que apareciam constantemente nos jornais da corte em meados do século XIX (FARIAS, 2006: 131). No tempo da escravidão, para a realização de batuques, festas e manifestações de negros, cativos e livres era necessária a constante negociação com senhores, agentes públicos e vizinhança (FARIAS, 2006: 113). No entanto, nem sempre essa negociação dava certo, e as autoridades policiais eram obrigadas a reprimir ajuntamentos que ocorriam na região da Corte (FARIAS, 2006: 90)⁸. Porém, com o fim da escravidão, todos estavam livres para realizarem festejos a seu modo, e não poderiam ser denunciados para os seus senhores ou para as autoridades policiais.

Através desse único exemplo (outros aconteceram mas nem sempre foram relatados com tantos detalhes pela imprensa) é possível enfatizar que ambiente da festa da abolição é o local de disputa de sentido. E essa disputa não teve ganhadores ou vencidos, pelo contrário, tornou a abolição e tudo que veio antes e depois dela o objeto perfeito para estudar a diversidade da sociedade imperial e republicana a partir da participação de outros setores da sociedade que não estavam entre os tão privilegiados pela historiografia até então.

Se em 1888 os festejos pela abolição não foram vivenciados num vazio de sentidos e reivindicações, o mesmo acontece hoje. A opção de comemorar ou não a data

⁸ Os autores citam a denúncia feita pelo *Jornal do Comércio* em meados do século XIX de que batuques na Rua Gonçalves Dias incomodavam a vizinhança.

hoje é uma opção política e que foi construída a partir de um longo processo de construção de memória iniciado no próprio 13 de maio de 1888. Retirar do cenário da abolição aqueles afetados por ela e que a apoiaram (não apenas membros do movimento abolicionista ou do parlamento) serviu para que se criasse a ideia unívoca de que a abolição foi doada e não conquistada, por isso não havendo sentido na sua comemoração hoje. No entanto, escolher outra data para pensar a sociedade brasileira herdada dos tempos da escravidão, e nesse caso a data de 20 de novembro é a reivindicada por alguns movimentos sociais contemporâneos, é a mesma opção política vivida por homens e mulheres que participaram do ritual da assinatura da lei e dos batucques pela abolição. A festa é a da diversidade e a polissemia, e assim deve ser vista a Abolição da escravidão no Brasil ocorrida em maio de 1888.

Bibliografia

ALONSO, Angela. “Apropriação de ideias no Segundo Reinado”. IN:GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.) *Brasil imperial*, Volume III – 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion (org.) *Escravidão e abolição no Brasil – novas perspectivas*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed. 1988

CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das letras, 2007

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

COSTA, Emília Viotti. *Abolição*. São Paulo: Editora UNESP, 2008

CUNHA, Maria Clementina. “Apresentação”. In: CUNHA, Maria Clementina (org.) *Carnavais e outras f(r)estas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cecult, 2002

CUNHA, Maria Clementina. *Ecos da Folia*. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo. Companhia das Letras, 2001

DAIBERT JR, Robert. *Isabel, a “Redentora” dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo. Sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

FARIAS, J.; GOMES, F. S.; SOARES, C. E. L. ARAÚJO, C. E. M. *Cidades negras. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006

- GOMES, Flávio. *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005
- LAGO, Pedro e Bia Correa (org.) *Coleção Princesa Isabel. Fotografia do século XIX*. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2008
- MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ – EDUSP, 1994
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008
- MENDONÇA, Joseli. *Cenas da Abolição. Escravos e senhores no parlamento da justiça*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2001
- MICELLI, Sérgio. *Intelectuais a Brasileira*. São Paulo, Companhia das letras, 2001
- MIRANDA, José Américo. “Poesia, História e Circunstância”. In: _____. *Mai de 1888. Poesias distribuídas ao povo, no Rio de Janeiro, em comemoração à Lei de 13 de maio de 1888*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999
- MOREL, Marco. “Imprensa e escravidão no Brasil no século XIX”. In: LUSTOSA, Isabel. *Imprensa, História e Literatura*. Rio de Janeiro: Editora Casa de Rui Barbosa, 2008
- PESSANHA, Andrea Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição – Rio de Janeiro, 1884-1888*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2006
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira”. In: GOMES, Flávio dos Santos; CUNHA, Olívia Maria Gomes (orgs). *Quase-cidadão: Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007
- SLENES, Robert W. “‘Eu venho de muito longe, eu venho cavando’: jongueiros cumba na senzala centro-africana”. In: LARA, Silvia Hunold; PACHECO, Gustavo. *Memória do jongo. As gravações históricas de Stanley J. Stein*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: Cecult, 2008
- THOMSPON, E. P. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

Periódicos

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, maio de 1888

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, maio de 1888

O País, Rio de Janeiro, maio de 1888

Gazeta Nacional, Rio de Janeiro, maio de 1888